

Reflexões Esparsas sobre a Análise do Discurso

Reflections Scattered about Discourses Analysis

Eliane Maria Nogueira Diógenes¹. Doutora em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e concluiu o Pós-Doctor no PPGPP/UFMA. Professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Resumo

O assunto desenvolvido neste artigo é resultado de pesquisa realizada no Doutorado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Aborda-se, aqui, a análise do discurso numa dimensão histórica. O ponto de interesse circunscreve-se na explicitação do conceito de discurso na trilha do pensamento de Michel Foucault (1986), para quem o analista do discurso deve ter o cuidado de: um, questionar a vontade de saber; dois, restituir ao discurso o caráter de acontecimento histórico; e, três, analisar o discurso a partir do próprio discurso, ou seja, considerar sua materialidade discursiva externa. Com essa visão, traça-se, aqui, um percurso histórico dessa via metodológica explicitando suas implicações investigativas.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Aspectos metodológicos. Perspectiva histórica. Conceitos foucaultianos. Conceito de discurso.

Abstract

The subject developed in this article is the result of research conducted in the Doctoral Program in Public Politics from the University of Maranhão. Approaches, here, the discourse analysis in a historical dimension. The point of interest is confined in clarification of the concept of discourse on the trail of the thought of Michael Foucault (1986), for whom the discourse analyst should have the care of: one, question the desire to know; two, to return to the speech the character of historic event; and, three, to analyze the speech from the speech itself, assuming it's materiality external discursive. With this vision, analogies, here, a historical journey of this methodological route explaining their investigative implications.

Keywords: Discourse Analysis. Methodological aspects. Historical perspective. Foucault's concepts. Concept of discourse.

1 Formação histórica da análise do discurso

As evidências são o que todo mundo vê, o que é indubitável para o olhar, o que tem que se aceitar apenas pela autoridade de seu próprio aparecer. Uma coisa é evidente quando impõe sua presença ao olhar com tal claridade que toda dúvida é impossível. És o que não vês?! Sim, aí está, olha, é assim, aí o tens,... é evidente! Só um louco ou um cego não o veria! Grande é sem dúvida o poder das evidências. (LARROSA, 2002, p. 30).

Para Maingueneau (1993), o surgimento da análise do discurso enquanto campo de saber está no coração de uma apropriada tradição francesa, que culminou no encontro de uma conjuntura intelectual e de uma prática escolar profundamente arraigada no

¹ Autora Correspondente. Artigo recebido 09 de abril de 2014. Aprovado em 18 de maio de 2014. Avaliado pelo sistema *double blind review*.

corpo cultural da França. Concernente à tradição, a autora diz que não constitui surpresa para a comunidade intelectual francesa o fato de interessar-se em seus estudos e reflexões por abordagens que envolvem os textos em sua face estética literária e a História. Sobre a conjuntura intelectual, atenta para o fato de que desde a década de 1960, na França, os historiadores, psicólogos e linguistas articulam os seus estudos em torno de um ponto em comum, a convergência do conhecimento transdisciplinar na construção de uma abordagem discursiva dos processos ideológicos. Com relação à prática escolar, atribui à Análise do Discurso a preocupação obstinada que as escolas e as Universidades na França têm com a interpretação dos textos literários, esclarecendo que “[...] a prática escolar referida é a ‘explicação de textos’, presente sob múltiplas formas em todo o aparelho de ensino, da escola à Universidade. Esta relação entre o sucesso da análise do discurso na França e a prática escolar foi frequentemente sublinhada” (p. 10).

Brandão (1997, p. 17) sanciona os estudos de Maingueneau (1993) e relaciona o surgimento da análise do discurso a uma:

[...] certa tradição intelectual européia (e, sobretudo da França) acostumada a unir reflexão sobre texto e sobre história. Nos anos 60, sob a égide do estruturalismo, a conjuntura intelectual francesa propiciou, em torno de uma reflexão sobre a “escritura”, uma articulação entre a lingüística, o marxismo e a psicanálise. A AD nasceu tendo como base a interdisciplinaridade, pois ela era a preocupação não só dos lingüistas como de historiadores e de alguns psicólogos [...].

Por sua vez, Ferreira (1999) constata, em concordância com Maingueneau (1993) e Brandão (1997), que a análise do discurso nasceu como embrião da Escola Francesa no cenário da intelectualidade francesa, eclodindo na década de 1960, “como reação a duas fortes tendências em destaque no campo da linguagem, a saber: (i) o estruturalismo e (ii) a gramática gerativa transformacional” (grifo no original). A se considerar o argumento exposto nos estudos de Ferreira, depreende-se que a análise do discurso situa-se num ponto de interseção entre a área de Linguística e as Ciências Sociais. Entretanto, deve-se observar que isso aconteceu apenas no seu começo, dado o fato de que a sua constituição, nos anos 1960, na França, ocorreu sob o signo da articulação de três campos epistemológicos: a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise (FERREIRA, 1999).

A partir da publicação da obra *Análise Automática do Discurso (ADD)*, de Michel Pêcheux, no ano de 1969, tem-se instaurado o marco cronológico inaugural da análise do discurso na área das Ciências Sociais. Souza (2000, p. 2) compreende desta forma tal questão: “Sua preocupação, ao trabalhar com esse conceito, era fornecer às Ciências Sociais um instrumento científico de que tinham necessidade, dando uma abertura teórica em seu campo”. Assim, o empreendimento da análise do discurso do qual Pêcheux foi o principal articulador, configurou-se na definição de um método capaz de alargar o campo analítico do lugar de produção social da origem do discurso, por entender que as condições de produção são definidas nos lugares ocupados pelos atores sociais que engendraram tal ou qual discurso, numa determinada estrutura da formação social (SPINK; FREZZA, 1999, p. 17).

O discurso, no entendimento de Pêcheux (1988), constituía-se no verdadeiro ponto de partida da investigação científica – era, por assim dizer, uma aventura teórica². Para ele, é na espacialidade e na dinâmica do discurso, e na trama de seus fios que se encontram os nós que amarram toda uma rede discursiva – única e a um só tempo plural

² Expressão usada por Denise Maldidier numa referência à obsessão de Michel Pêcheux por essa noção.

– e a sustentam. O discurso aparece, também, como um lugar privilegiado de observação das relações sociais, em que se desenha como espaço de mediação, de imbricação dentro do dispositivo teórico-analítico, no qual permite que se visualizem em seu funcionamento os mecanismos de produção de sentidos amplamente pulverizados no tecido social.

Nesta condição, a análise do discurso acabou por estabelecer um campo teórico específico, que se movimenta com certa independência seja em relação à Linguística, à Psicanálise ou às Ciências Sociais. No entendimento de Maingueneau (1993, p. 14), “Há analistas do discurso mais sociólogos, outros mais lingüistas, outros mais psicólogos”. Na perspectiva histórica e sociológica da análise do discurso ressalta-se a abordagem de Foucault, vez que sua intenção é “[...] explicitar o mecanismo de funcionamento de sentidos, cabendo ao educador, sociólogo, psicólogo, historiador e outros a tarefa de interpretar os resultados à luz de suas teorias” (SOUZA, 2000, p. 5). Interessante, então, destacar, neste texto os conceitos de Foucault que dão sustentação à sua teoria da análise do discurso numa perspectiva histórica.

2 Foucault e a construção discursiva do social

Em toda sociedade a produção de discursos é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e distribuída por um certo número de procedimentos cujo papel é o de conjurar seus poderes e perigos, para obter domínio sobre seus eventos casuais, para evitar sua pesada, imensa materialidade. (FOUCAULT, 1999, p. 24).

Não se tem como interesse, no curto espaço de um artigo, abordar exaustivamente a obra de Michel Foucault, pensador francês. Tarefa impossível, até porque se tem consciência da vastidão de sua produção intelectual: a quantidade de textos escritos, assim como a dessemelhança de seu trabalho (livros, entrevistas, debates, leituras, aulas, entre outras produções) dificulta em muito a sistematização e o estudo de sua obra. No entanto, não há como se furtar a discorrer – mesmo que minimamente – a respeito das principais linhas teóricas de seu pensamento, em que se adentra “num espaço incerto, por muitos percorrido e das mais diversas formas” (NICOLAZZI, 2001, p.). No Brasil, o interesse por Foucault remonta à década de 1970, fruto do interesse de um filósofo e um psicólogo, como sugere Souza (2001, p. 2):

[...] os primeiros estudos históricos de inspiração foucaultiana realizados no Brasil não foram obras de historiadores mas de um filósofo, Roberto Machado, *Danação da norma* (1978) e do psiquiatra Jurandir Freire Costa, *Ordem médica e norma familiar* (1979).

A abordagem foucaultiana nas Ciências Humanas ficou cada vez mais frequente, e se acentua principalmente nas duas últimas décadas do século XX. Além dos dois livros citados, existem alguns estudos de inspiração foucaultiana que provocaram substancial transformação no âmbito da produção acadêmica no Brasil. Destaca-se o estudo *Foucault, a Filosofia e a Literatura*, de Roberto Machado, que nessa obra lança um instigante olhar sobre a proximidade entre filosofia e literatura que circunda o pensamento foucaultiano, pelo qual envereda em sua análise das obras produzidas pelo pensador e aborda temáticas polêmicas como a loucura e o nascimento da medicina moderna e das Ciências Humanas. Outro estudo visitado foi o do filósofo Francisco Ortega (1999). Com o título *Amizade e Estética da Existência em Foucault*, tornou-se um ícone de referência para um maior entendimento das múltiplas dimensões da obra construída por Foucault. Por intermédio dos livros de Roberto Machado – *Danação da*

norma (1978) e *Foucault, a Filosofia e a Literatura* (2001) –, e de *Amizade e Estética da Existência em Foucault* (1999), do filósofo Francisco Ortega, rastreou-se (com limitações) a obra desse pensador. Sabe-se, de antemão, da impossibilidade de se dar um mergulho profundo em sua seara, e corroboram-se as palavras de Nicolazzi (2001, p. 2), quando afirma:

Pode-se perfeitamente recorrer a um estudo que permita acompanhar as transformações históricas de um pensamento, perceber suas idas e vindas, compreender suas esquivas e sua constante de interesses; um estudo que localize quebras naquela cronologia tão linear, e multiplicidade de questões, dentro daqueles temas tão consolidados.

Com essa compreensão, serpenteiam-se as histórias de Foucault, por se achar que, se assim não se agisse, este trabalho perderia muito de sua consistência teórica. Claro está que não se adotou esse comportamento por mera exigência acadêmica, mas por se intuir que, ao se costurar, minimamente, os fios tecidos por esse instigante intelectual francês, torna-se possível situar melhor a linha de demarcação de alguns conceitos por ele gestados, de fundamental centralidade para a temática aqui desenvolvida.

3 Por uma teoria da arqueologia

A fundação da *arqueologia* em Foucault pode ser encontrada, principalmente, em duas de suas obras - *A História da Loucura* (1961) e *As Palavras e as Coisas* (1966). Encarados como acontecimentos discursivos, esses textos assumiram um posicionamento arqueológico com uma cronologia aproximada; a data de publicação do primeiro foi 1961, e a do segundo, 1966. O termo arqueologia apareceu pela primeira vez no livro *A História da Loucura (1961)*, sendo tratado de forma mais atraente no livro *A Arqueologia do Saber (1969)*, no qual se evidencia uma sistematização e discussão minuciosas dos pressupostos e procedimentos metodológicos norteadores de suas pesquisas anteriores (SOUZA, 2001).

Quanto ao *A História da Loucura* (1961), se constituiu no primeiro considerável escrito de Foucault. Em verdade, era o resultado de sua tese de Doutorado, que lhe deixou ocupado durante toda a segunda metade da década de 1950 (NICOLAZZI, 2001). Diz respeito às suas práticas em clínicas psiquiátricas motivadas pelo conhecimento na área de psicologia. Foi considerado na época de seu lançamento como um ícone da antipsiquiatria; e aqui se tem o nascimento do conceito de *arqueologia*. Nos termos de Machado (2001, p. 51):

Foi uma grande ousadia de Foucault, na *História da Loucura*, estudar um método arqueológico, por ele criado a partir principalmente da epistemologia, para negar a existência de uma verdade psicológica da loucura, como pensa a modernidade, mostrando que a história da loucura não é o itinerário progressivo da inteligência para a verdade; mas, ao contrário, a história de uma grande mentira.

Qual o sentido, pois, da arqueologia criada por Foucault? Para arriscar uma compreensão do sentido geral a ela atribuído, faz-se necessária a consideração de outros escritos convergentes. De tal modo, o conceito de arqueologia circunscreve-se inicialmente a partir de estudos historiográficos. Com o conjunto da obra formado por *História da Loucura na idade clássica* (1977), *O Nascimento da Clínica* (1977), *As Palavras e as Coisas* (1966) e *A Arqueologia do Saber* (1986), o autor rompeu radicalmente com os domínios de uma história das ideias e das ciências (SOUZA,

2001), questionando a conjugação de fórmulas metodológicas de História das quais ele buscou afastar-se em prol da construção de outra História, que pretendia genealógica³:

A análise arqueológica individualiza e descreve formações discursivas [...] o estudo arqueológico está sempre no plural: ele se exerce em uma multiplicidade de registros; percorre interstícios e desvios; tem seu domínio no espaço em que as unidades se justapõem, se separam, fixam suas arestas, se enfrentam, desenham entre si espaços em branco. (FOUCAULT, 1997, p. 180).

É perceptível a sua preocupação pelas discontinuidades e rupturas contrárias a uma abordagem da história factual e positivista, o que implica seu desinteresse pela linearidade e atração pela temporalidade, entendida como movimento descontínuo e fragmentário. Nesse sentido, o empenho está em se compreender como ocorreram os condicionantes que permitiram a própria história e, por consecutivo, o seu sujeito. De fato, a ruptura foi buscada como constitutivo da historicidade, resultando na radiação do alvo da *arqueologia* em consentir e arrazoar que as próprias condições da História são históricas.

A arqueologia foucaultiana tem com a historiografia uma relação típica: ao mesmo tempo em que os axiomas teóricos desta (o tempo e o sujeito) são colocados em questão, é o próprio questionamento que acolhe a formulação da arqueologia enquanto posicionamento teórico para um estudo historiográfico. Nesse ponto de inflexão tomam sentidos dois pressupostos teóricos foucaultianos: a discontinuidade e a noção de arquivo (NICOLAZZI, 2001).

Quanto ao conceito de arquivo trabalhado por Foucault – muito caro à História, por se tratar de matéria-prima desta configurada no documento –, o filósofo de Poitiers simplesmente se desloca de sua noção tradicional. Para Foucault a noção de arquivo, conceituado a partir de suas pesquisas, liga-se a formação de discursos modificada no tempo e no espaço, pois que flexíveis enquanto práticas sociais. Transcreve-se, a partir de Foucault (1996, p. 8-11), o conceito de “arquivo” na íntegra:

As práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos do conhecimento. O próprio sujeito do conhecimento tem uma história, a relação do sujeito com o objeto, ou, mais claramente, a própria verdade tem uma história. Atualmente, quando se faz história – história das idéias, do conhecimento ou simplesmente história – atemo-nos a esse sujeito do conhecimento, a este sujeito da representação, como ponto de origem a partir do qual o conhecimento é possível e a verdade aparece. Seria interessante tentar ver como se dá, através da história, a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história. É na direção desta crítica radical do sujeito humano pela história que devemos nos dirigir [...] Ora, a meu ver isso é que deve ser feito: a constituição histórica de um sujeito de conhecimento através de um discurso tomado como um conjunto de estratégias que fazem parte das práticas sociais.

Tem-se, nesse momento, fundado na criação foucaultiana, o discurso enquanto prática social e, como tal, passível de análise. Ou seja, pela via do discurso Foucault trilha uma nova abordagem teórica do discurso como acontecimento discursivo, atribuindo-lhe um *status* de acontecimento tanto quanto uma tempestade ou um fato

³ Conceito utilizado por Foucault para designar os acontecimentos tidos como sem história.

histórico registrado nos livros de História do ensino fundamental e médio. Portanto, aquilo que está mais em causa no pensamento foucaultiano é a noção de discurso enquanto prática social. Para ele, os discursos posicionam as pessoas de diversas formas como sujeitos sociais, desse modo, qualquer evento discursivo é considerado um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social, implicando-se mutuamente.

Ao se considerar a argumentação foucaultiana, nesse ponto, o método da análise do discurso ganha historicidade e, mais do que isto, situa-se no campo do saber da História enquanto narrativa e experiência. Nesse fio de raciocínio, abre-se um parêntese para se destacar mais detidamente a noção de arquivo, pressuposto teórico desenvolvido por Foucault na sua arqueologia. Nesse prisma metodológico essa noção tem uma faceta particularmente atraente, na qual ocorre o reconhecimento de que nenhum discurso é produzido fora do seu ponto histórico-social particular. Ou seja, todo arquivo só é passível de entendimento se for considerado enquanto formação discursiva tecida no composto das relações econômicas e sociais engendradas.

Assim, a noção de arquivo define-se em um nível particular de análise: o de uma prática que faz passar a existir uma pluralidade de enunciados e igual número de fatos adequados e de acontecimentos apresentados ao tratamento e à manipulação do pesquisador (FOUCAULT, 1986 p. 171). Trata-se, pois, de pensar, a partir daí, as práticas discursivas que admitem a exibição e a elaboração de discursos hegemônicos de uma dada realidade.

4 As categorias centrais da análise do discurso

Em Foucault, encontram-se as categorias de enunciado, formação discursiva e prática discursiva relacionadas com a teoria do discurso, oferecendo pistas teóricas de base no sentido de perquirir as coisas ditas, presentes no corpo conceitual do discurso investigado. Dessa forma, apresenta-se e se discute sinteticamente esses conceitos, especialmente. Por onde anda o enunciado? Em verdade, o que é o enunciado? Essas são as perguntas que “martelaram” a mente desta pesquisadora enquanto procurava sair da fase do tateamento teórico e analítico, no dizer de Machado (2001).

A principal tarefa do analista de discurso, nos termos de Fischer (2001, p. 198), seria a de “[...] tentar se desprender de um longo e eficaz aprendizado que ainda nos faz olhar os discursos apenas como um conjunto de signos, como significantes que se referem a determinados conteúdos, carregando tal ou qual significado [...]”. Ao se considerar o pensamento da estudiosa, interessa observar a difícil tarefa que se coloca para o pesquisador que pretenda mergulhar nesse caminho, pois dele se exige, antes de tudo, uma conversão do olhar, ou seja, o corte com uma visão unilateral de discurso entendida somente como expressão da linguagem (MAINGUENEAU, 1993).

O enunciado é parte constitutiva do discurso produzido no quadro de instituições que lhe restringe expressivamente o significado, em que cristaliza os conflitos históricos e sociais e traz uma concepção delimitadora da realidade, de forma a produzir uma formação discursiva entendida como um composto de princípios históricos com determinação “[...] no tempo e no espaço [,] que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1969, p. 153).

Assim, o enunciado se apresenta como o “miolo”, a parte de dentro de cada discurso, que o coloca em funcionamento por intermédio de relações. É dessas que o analista de discurso tem que dar conta: relações históricas, sociais, econômicas e

políticas atravessadas nos discursos por seus enunciados forjados nas práticas concretas lá esboçadas. Logo, quando o pesquisador se propõe a fazer uma análise do discurso da política pública engendrada na década de 1990, que incorporou as exigências das mudanças em meio às transformações de uma ordem econômica transnacional, lança-se, na verdade, a fazer uma análise de uma prática social com um tempo histórico e social demarcado pela instauração das forças de produção e reprodução de um determinado tempo e espaço social.

Nos termos de Fischer (2001, p. 199), o pesquisador analista do discurso deve “[...] explorar ao máximo os materiais, na medida em que eles são uma produção histórica, política; na medida em que as palavras são também construções [...]”. O papel que cabe ao analista do discurso é o de indagar exhaustivamente os textos escritos configurados nos arquivos que podem ou não serem documentos escritos, mas que serão sempre práticas discursivas.

De fato, para Foucault tudo é fruto de uma prática social e histórica. E o total das coisas ou seres objetos do discurso está submerso em relações de poder e saber que se provocam reciprocamente. Trocando em miúdos: as emissões e os enunciados, as evidências e as expressões, os textos e as instituições constituem práticas sociais demarcadas numa relação intrínseca, ininterruptamente presas, enlaçadas às relações de poder por meio de formações discursivas. Nessa acepção, o discurso transpõe, assim, a simples referência a “fatos”, e ganha uma significação que suplanta os elementos formadores que lhe são constitutivos, posto que ultrapassem a sua simples correspondência com as letras, palavras, frases e períodos. Em verdade, manifesta legitimidade inseparável de sua formulação, por meio da qual se correlaciona a uma rede conceitual que lhe diz respeito. Desse modo, o discurso se expressa como construção e como prática, não podendo ser apreendido “como um fenômeno de mera expressão de algo” (FISCHER, 2001, p. 200).

Na elaboração foucaultiana de discurso, a categoria do enunciado tem uma função única e singular. Portanto, não há separação entre o conceito de discurso e a concepção de enunciado. De fato, uma categoria não está isolada da outra, ambas se completam teoricamente, como observa Foucault, segundo o qual “Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados que se apóiem na mesma formação discursiva” (1986, p. 135). Nesse sentido, não é difícil entender, pois, que o enunciado faz parte ou está contido no composto formador do discurso, em que se constitui por excelência. Isso significa dizer que a explicitação do conceito de enunciado fica mais clara quando se mergulha mais e mais na exploração do conceito de discurso na obra foucaultiana.

Com o pensamento direcionado a esse entendimento, partiu-se à caça de algumas definições que permitiram alargar o campo conceitual estudado, posto que é comum nas formulações teóricas de Foucault sobre o discurso a sua associação ao enunciado. Daí que se destacam os conceitos mais reveladores do discurso como enunciado: “[...] número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência [...], e, [...] domínio geral de todos os enunciados [...]. Ou ainda, [...] prática regulamentada dando conta de um certo número de enunciados [...]” (FOUCAULT, 1986, p. 90-135).

É possível entrever nas definições selecionadas de discurso a clara associação à condição de enunciados que elas encerram. A centralidade que o enunciado ocupa na teorização foucaultiana é inegável, ele é sempre um acontecimento, que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Não existe discurso sem enunciados, como tampouco inexistem enunciados destituídos de uma formação discursiva correspondente. A referência feita à questão do enunciado liga-o, inextricavelmente, a sua primeira relação com o discurso e a sua relação íntima com a formação discursiva. É

importante entender sua relação a um só tempo tridimensional: enquanto discurso, enquanto enunciado e enquanto formação discursiva.

Os enunciados que dão conta dessa terminologia conceitual mediante uma formação discursiva unívoca são revelados como padrão de conhecimento e prática social passivamente aceita pelos atores sociais em seus cotidianos. Dissecar esse discurso com os seus múltiplos enunciados forjados no campo discursivo da História é uma tentativa ímpar de desvelar os seus conteúdos com tempo e espaço de germinação concreto, no seu corpo de enunciados, conforme orienta Fischer (2001, p. 202):

Descrever um enunciado, portanto, é dar conta dessas especificidades, é apreendê-lo como acontecimento, como algo que irrompe num certo tempo, num certo lugar. O que permitirá situar um emaranhado de enunciados numa certa organização é justamente o fato de eles pertencerem a uma certa formação discursiva.

É preciso considerar, ainda, que o enunciado se caracteriza por quatro elementos básicos. O primeiro deles configura-se como princípio de diferenciação, isto é, algo que o delimita enquanto distinto dos demais e que se constitui numa referência, portanto, num modelo, num padrão. O segundo presentifica-se na existência de um sujeito ou mais sujeitos que efetivamente afirmem o que hegemonicamente precisa ser justificado, consistindo nos edificadores do discurso, que podem asseverar algo sobre aquilo e, mais do que isso, que têm autoridade e legitimidade social e política para dizer o que estão dizendo com propriedade. Em outras palavras, um sujeito com poder suficiente para fazer outros se identificarem com o que ele diz, de modo a fazê-los reproduzir o que pronuncia.

Quanto ao terceiro elemento, diz respeito ao fato de que o enunciado não pode existir em avulso, mas sempre em agregação e correspondência com outros enunciados do mesmo discurso. O quarto elemento, finalmente, constitui-se como um campo associado de saber, ou seja, um campo discursivo, detentor de uma materialidade específica, que seja reconhecido concretamente como portador de “mensagem”, uma vez que se trata de coisas ditas, escritas, gravadas em algum tipo de material, passíveis de repetição ou reprodução, ativadas por intermédio de técnicas, práticas e relações sociais.

Isto tudo só demonstra a importância de se considerar o discurso em sua perspectiva histórica, como queriam Pêcheux e Foucault, vez que analisar discurso – seja no formato de documentos escritos ou falas (entrevistas) de sujeitos – torna evidente a reconstrução do passado e a construção do presente. Daí que analisar esses enunciados em movimento constitui-se em ato de grande complexidade, pois não se trata apenas de ler e interpretar, mas investigar os processos de produção de sentido forjados numa dada sociedade.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **As interfaces da análise do discurso no quadro das ciências humanas**. Porto Alegre, 1999. Mimeografado.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a Análise do Discurso em Educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 197-223, nov. 2001.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

- _____. Aula de 7 de janeiro de 1976. In: _____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **O nascimento da clínica**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária. 1977.
- _____. **História da loucura na idade clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- LARROSA BONDÍA, Jorge. *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*. 2002.
- MACHADO, Roberto. **Foucault, a filosofia e a literatura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. **Danação da norma**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1993.
- NICOLAZZI, Fernando F. **As histórias de Michel Foucault**. Curitiba, 2001. Mimeografado.
- ORTEGA, Francisco. **Amizade e estética da existência em Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.
- SOUZA, Josinete Lopes. **A genealogia e arqueologia de Foucault**. Fortaleza, 2001. Mimeografado.
- SOUZA, Débora Martins de. **Discursos da qualidade na educação e performance da técnica**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, São Paulo: Unicamp, 2000.
- SPINK, Mary Jane; FREEZA, Rose Mary (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 1999.